

LAUREN CAILET GIROTTTO

A EVOLUÇÃO DA TAXA DE ANALFABETISMO DE 2004 A 2010 COM A
IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA PARANÁ ALFABETIZADO

Monografia apresentada para a
obtenção parcial do grau de bacharel
em Ciências Econômicas, do curso de
Ciências Econômicas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Mariano de
Matos Macedo

CURITIBA
2012

TERMO DE APROVAÇÃO

LAUREN CAILET GIROTTO

A EVOLUÇÃO DA TAXA DE ANALFABETISMO DE 2004 A 2010 COM A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA PARANÁ ALFABETIZADO

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Mariano de Matos Macedo
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Fabio Dotia Scatolin
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR



Prof. Dr. Demian Castro
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 16 de Outubro de 2012

Aos meus pais Fabio e Solange.
minha irmã Andressa.
Ao meu namorado Ricardo Bruno.
O sucesso é uma consequência, não um objetivo (*Gustave Flaubert*).

RESUMO

O Programa Paraná Alfabetizado foi implantado em 2004 em parceria com o Governo do Estado com o objetivo de levar a alfabetização aos jovens, adultos e idosos não alfabetizados com 15 anos ou mais. Além de reduzir a taxa de analfabetismo o Programa tem os objetivos principais de garantir a continuidade da alfabetização e a constituição de um acervo literário. O objetivo deste trabalho é a análise da eficácia do Programa e as suas conseqüências para a melhora nos níveis educacionais do Estado. O referencial teórico utilizado busca compreender as políticas públicas com especial atenção para a sua avaliação. Os investimentos do Paraná Alfabetizado são realizados de três formas: em infraestrutura, formação de professores e apoio aos alfabetizandos. No que tange aos mecanismos do Programa eles são divididos entre as turmas de alfabetização, tamanho e período de curso, e na localização das turmas. Os alfabetizadores são selecionados através de edital e os coordenadores locais da alfabetização são professores da rede estadual de educação. Os alfabetizandos são identificados através de reuniões nas comunidades e em alguns serviços públicos locais como Unidades Básicas de Saúde. Quanto aos resultados do Programa esses são analisados tanto através do Censo 2010 quanto de dados divulgados pelo Sistema Paraná Alfabetizado. A eficácia do Programa é analisada sob o aspecto da qualidade do processo de alfabetização com avaliações dos alfabetizandos e o controle da alfabetização pelo Governo.

Palavras – chave: Programa Paraná Alfabetizado. Taxa de analfabetismo.

ABSTRACT

The Paraná Literacy Program was established in 2004 in partnership with the State Government with the aim of bringing literacy to young, illiterate adults and seniors aged 15 or more. Besides reducing the illiteracy rate Program has the principal objective of ensuring continuity of literacy and the creation of a body of literature. The objective of this study is to examine the effectiveness of the program and its consequences for the improvement in educational levels of the state. The theoretical framework seeks to understand public policy with special attention to their evaluation. Investments are made of Paraná Literate in three ways: in infrastructure, teacher training and support to learners. Regarding the mechanisms of the Program they are divided between the literacy classes, size and period of travel, and location of classes. The literacy teachers are selected through public notice and local coordinators are literacy teachers from the state of education. The learners are identified through meetings in communities and in some public places such as the Basic Health Program Regarding these results are analyzed both by the 2010 Census data as reported by the System Paraná Literate. The effectiveness of the program is analyzed under the aspect of process quality assessments of literacy learners with literacy and control by the Government.

Keywords: Literate Program Paraná. Illiteracy rate

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – CARTAZ DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO.....	19
FIGURA 2 - CARTAZ DE APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA.....	20
FIGURA 3 - PONTUAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS.....	30
FIGURA 4 - MODELO DE CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA.....	33
FIGURA 5 - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA.....	34
FIGURA 6 - PLACA DE HOMENAGEM AOS MUNICÍPIOS LIVRES DO ANALFABETISMO.....	44
FIGURA 7 - CONVITE PARA CERIMÔNIA DAS CIDADES DECLARADAS COM LIVRES DO ANALFABETISMO.....	45
FIGURA 8 - CARTAZ PARA AS CIDADES LIVRES DO ANALFABETISMO.....	47

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TAXA DE ANALFABETISMO DE PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS.....	35
TABELA 2 - RESULTADOS DO PROGRAMA PARANÁ ALFABETIZADO.....	37
TABELA 3 - RESULTADOS RELATIVOS DO PROGRAMA PARANÁ ALFABETIZADO.....	38
TABELA 4 - MUNICÍPIOS COM AS MAIORES REDUÇÕES DA TAXA DE ANALFABETISMO EM RELAÇÃO AO CENSO 2000 DO IBGE.....	40
TABELA 5 - MUNICÍPIOS DECLARADOS TERRITÓRIO LIVRE DO ANALFABETISMO NO 1º SEMESTRE DE 2010.....	43
TABELA 6 - MUNICÍPIOS DECLARADOS TERRITÓRIO LIVRE DO ANALFABETISMO NO 2º SEMESTRE DE 2010.....	44
TABELA 7 - MUNICÍPIOS DECLARADOS TERRITÓRIO LIVRE DO ANALFABETISMO PELO MEC.....	46
TABELA 8 - ALUNOS ALFABETIZADOS NO PROGRAMA PARANÁ ALFABETIZADO.....	48
TABELA 9 - COMPARAÇÃO POPULAÇÃO TOTAL VERSUS POPULAÇÃO ANALFABETA.....	49
TABELA 10 - POPULAÇÃO ANALFABETA NAS CIDADES QUE NÃO CONFIRMARAM O TÍTULO DE TLA PELO MEC	50
TABELA 11 - META DE ALFABETIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ATÉ.....	52
TABELA 12 - ALFABETIZANDOS ENCAMINHADOS AO EJA FASE I.....	53

LISTA DE SIGAS

CPF	- Cadastro de Pessoa Física
CRAS	- Centros de Referência de Assistência Social
EJA	- Ensino de Jovens e Adultos
EVA	- Etil, Venil, Acetato
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	- Ministério da Educação
NRE	- Núcleo Regional de Educação
PBA	- Programa Brasil Alfabetizado
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONAF	- Programa Nacional de Agricultura Familiar
SPA	- Sistema Paraná Alfabetizado
SEED-PR	- Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SECAD	- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
TLA	- Território Livre do Analfabetismo
TNT	- Tecido Não – Tecido
UNESCO	- Organização para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 MODELO DE PROCESSO PARA ANÁLISE DE POLÍTICA PÚBLICA.....	12
2.2 MODELO DE AVALIAÇÃO DA DISCREPÂNCIA DE PROVUS.....	13
2.3 A MUDANÇA NA EDUCAÇÃO EM FUNÇÃO DO PARADIGMA PRODUTIVO.....	16
3. O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO.....	18
4. O PROGRAMA PARANÁ ALFABETIZADO.....	19
4.1 MOTIVAÇÕES DO PROGRAMA.....	20
4.2 OBJETIVOS DO PROGRAMA.....	20
4.3 OS INVESTIMENTOS DO PROGRAMA.....	21
4.3.1 Infraestrutura.....	22
4.3.2 Formação de educadores.....	22
4.3.3 Apoio aos alfabetizandos.....	23
5. MECANISMOS DO PROGRAMA.....	24
5.1 AS TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO.....	24
5.1.1 Localização.....	25
5.2 OS ALFABETIZADORES.....	25
5.2.1 Funções do alfabetizador.....	26
5.2.2 Critérios do processo de seleção.....	27
5.3 COORDENAÇÃO LOCAL DE ALFABETIZAÇÃO.....	30
5.3.1 Funções da coordenação local de alfabetização.....	31
5.4 OS ALFABETIZANDOS.....	32
5.4.1 Processo de identificação.....	33
6. RESULTADOS DO PROGRAMA.....	35
6.1 EDIÇÕES.....	36
6.2 RESULTADOS DA ALFABETIZAÇÃO NO ESTADO.....	38
6.2.1 Cidades onde a redução foi mais relevante.....	39
6.2.2 Cidades território livre de analfabetismo.....	43
7. ANÁLISE DA EFICÁCIA DO PROGRAMA NO PARANÁ.....	47
7.1 META DE ALFABETIZAÇÃO NO ESTADO.....	51
7.2 QUALIDADE DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.....	52
7.2.1 Critérios de avaliação do alfabetizando.....	53
7.2.2 Controle da qualidade da alfabetização pelo Governo.....	54
8. CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS.....	57
ANEXOS.....	60

1. INTRODUÇÃO

Analfabetismo é uma palavra utilizada no português corrente para designar a condição das pessoas que não sabem ler e escrever. Durante a Conferência Mundial da Educação para Todos, ocorrida em 1990, em Jomtiem, Tailândia, chegou-se à conclusão que a alfabetização é um dos principais fatores para promover o desenvolvimento das nações. Assim sendo, a educação é uma ferramenta extremamente útil para "combater a pobreza e a desigualdade, elevar os níveis de saúde e bem estar social, criar as bases para um desenvolvimento econômico sustentável e a manutenção de uma democracia duradoura" (PACIEVITCH, 2008).

Segundo dados da Organização para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO) de 2009, o mundo tem 793 milhões de analfabetos. Mais da metade dos analfabetos vive no sul e no oeste da Ásia, e 64% são mulheres. No lado oposto estão os países da Europa, América do Norte e da Ásia Central, que respondem juntos por menos de 2% da população analfabeta mundial. O Brasil é o oitavo pior país no ranking de analfabetismo da UNESCO.

Em 2000 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais no Brasil era 13,6%, no entanto essa estatística não é uniforme por todo o país. Nos domicílios da zona rural o analfabetismo é 29,8%, enquanto na urbana 10,2 (IBGE, 2000). No que tange às diferenças entre as grandes regiões, o nordeste concentra 51,4% (IBGE, 2000) do total de brasileiros que não sabem ler nem escrever. Na região Centro-Oeste está o menor percentual de analfabetos: 5,5% (IBGE, 2000). Além das diferenças regionais, a taxa de analfabetismo também é consideravelmente discrepante entre os grupos de idade. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999, as pessoas acima de 40 anos, 22,8% são analfabetos.

No estado do Paraná o percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler nem escrever um bilhete simples era 9,5% em 1999 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000), correspondendo a 649 mil jovens, adultos e idosos. Este indicador é o sexto melhor do Brasil (13.6%) (IBGE, 2000). Já na região sul a média é de 7,7%, onde o Paraná apresenta o pior índice (IBGE, 2000).

Visando reduzir a taxa de analfabetismo e melhorar o desenvolvimento humano, implementou-se no Estado o Programa Paraná Alfabetizado (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2010).

O Programa é uma ação do Governo do Estado do Paraná, que consiste em uma política pública de alfabetização coordenada pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em sintonia e parceria com os governos municipal e federal. Seu objetivo é garantir alfabetização ao maior número possível de jovens, adultos e idosos, além de “sensibilizar a população não alfabetizada a ingressar no universo da escolarização” (SEED-PR, 2010).

A primeira edição do Programa foi em 2004 com 225 municípios atendidos, e 22.676 alfabetizando. Em 2009 participaram 98,5% das cidades paranaenses com 75.251 alunos, sendo que até a sexta edição foram atendidas 368.135 pessoas não alfabetizadas (IBGE, 2000) em todos os municípios paranaenses.

Tendo em vista esse programa de alfabetização, este trabalho tem como objetivo a análise da eficácia do Programa Paraná Alfabetizado, entre 2004 e 2010 e quais as suas consequências na melhora dos níveis educacionais no Estado.

Esta monografia conta com seis capítulos, mais esta introdução. No segundo capítulo é explanado o referencial teórico utilizado, que inclui os modelos de processo para avaliação da discrepância de Provus, além da mudança na educação em função do novo paradigma produtivo. Na terceira seção é feita uma apresentação do Programa Brasil Alfabetizado. No capítulo seguinte começa uma explanação exaustiva do Programa Paraná Alfabetizado, incluindo as suas motivações, objetivos e investimentos. No quinto item são explicados os mecanismos do Paraná Alfabetizado. Na sexta seção aparecem os resultados do Programa, dividido pelas edições. No último capítulo desta monografia é analisada a eficácia do Programa no processo de alfabetização.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O modelo é uma representação simplificada de algum aspecto do mundo real. Os modelos conceituais usualmente utilizados para o estudo de políticas públicas (modelo institucional, de grupo, de elite, racional, incremental, da teoria de jogos, da opção política, sistêmico e de processo) visam simplificar e esclarecer idéias sobre políticas públicas, propor explicações e prever suas consequências. “Esses modelos não são competitivos, no sentido de que algum deles possa ser julgado o melhor” (DYE, 2005, p. 100). Para este trabalho, o modelo que melhor se adéqua é o de processo, exposto na primeira seção deste capítulo.

O modelo da discrepância de Provus, exposto na segunda seção, faz parte da abordagem de avaliação de políticas públicas centrada em objetivos. Onde o traço distintivo “é o fato de que os propósitos de uma atividade são especificados” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.129) e a avaliação concentra-se na medida em que esses propósitos são alcançados.

Na última seção do referencial teórico deste trabalho é abordada como a educação tem sido alterada em função do novo paradigma tecnológico do mundo atual.

2.1 MODELO DE PROCESSO PARA ANÁLISE DE POLÍTICA PÚBLICA

Um dos principais objetivos da moderna ciência política tem sido descobrir padrões identificáveis de atividades ou processos. Ao tentar agrupar várias atividades com base em sua relação com as políticas públicas, chegou-se a um conjunto de processos político – administrativos (DYE, 2005).

O conjunto segue um esquema com seis fases: identificação dos problemas, montagem da agenda para deliberação, formulação de propostas políticas, legitimação das políticas, implementação e avaliação (DYE, 2005).

Na primeira etapa deve-se tornar manifestas as demandas, para a atuação do governo. Durante a montagem da agenda para deliberação ocorre a escolha das questões a serem decididas e os problemas a serem tratados. Na etapa de formulação de políticas é feita uma avaliação dos custos e efeitos de cada uma das possíveis alternativas para a solução de um problema atual ou potencial da

sociedade. Na legitimação acontece a “seleção e a especificação da alternativa considerada mais convincente, seguida da declaração que explicita a decisão adotada, definindo seu marco jurídico, administrativo e financeiro” (CASTRO, 2009) e busca-se apoio político para ela a fim de que ela se transforme em lei.

Na implementação ocorre o “planejamento e a organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos que consistem” (CASTRO, 2009) no programa. Nesta fase além da organização das burocracias, devem ser prestados os serviços, providos os pagamentos e criados os impostos (DYE, 2005) para colocar em prática a política, caso necessário. No último estágio, o da avaliação, deve ser feita com dados objetivamente mensuráveis e “análise dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas” (CASTRO, 2009). Os impactos produzidos devem ser avaliados sobre os grupos – alvo e sobre os outros grupos. É nesta etapa que devem ser propostos as mudanças e os ajustes na política pública (DYE, 2005).

Sendo assim, o modelo de processo ou teoria do processo para análise de política pública traz um roteiro a ser seguido pelos seus formuladores. Passa por seis etapas e termina com a avaliação dos outputs dos programas.

2.2 MODELO DE AVALIAÇÃO DA DISCREPÂNCIA DE PROVUS

O modelo de avaliação da discrepância de Provus faz parte da avaliação centrada em objetivos, onde a avaliação concentra-se na medida em que os propósitos de uma atividade foram alcançados. “As informações obtidas com uma avaliação centrada em objetivos podem ser usadas para reformular as metas de uma atividade, a atividade em si ou os procedimentos e mecanismos de avaliação” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.129).

O autor que popularizou na educação a abordagem centrada em objetivos foi Ralph W. Tyler, na década de 1930, “motivo pelo qual recebeu seu nome como homenagem” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.130). “Tyler via a avaliação como o processo de determinação da medida em que os objetivos de um programa são realmente alcançados” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.130).

A abordagem desenvolvida por Malcom Provus baseou-se na tradição tyleriana. “Provus considerava a avaliação um processo contínuo de gerenciamento de informações” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.134) a fim de servir de “guardião da administração de programas” e “como um servo dos administradores no gerenciamento da implantação de um programa por meio de um processo eficaz de tomada de decisões” (PROVUS, 1973, p.186).

Para Provus a avaliação é um processo de:

- 1) concordância em relação a padrões; 2) descoberta da existência de discrepância entre o desempenho de um aspecto de um programa e os padrões estabelecidos para o desempenho; e 3) uso de informações sobre discrepâncias para concluir se é necessário melhorar, manter ou encerrar o programa ou algum aspecto seu.

Em função do processo de avaliação que Provus considerava, ele chamou a sua abordagem de modelo de avaliação da discrepância.

No modelo de avaliação da discrepância “à medida que um programa está sendo criado, passa por quatro estágios de desenvolvimento, aos quais Provus acrescentou um quinto estágio opcional” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.135):

1. Definição
2. Instalação
3. Processo
4. Produto
5. Análise de custo – benefício

No estágio de definição “o foco do trabalho é determinar objetivos, processos ou atividades e esboçar os recursos e participantes necessários para realizar as atividades e alcançar os objetivos” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.135). Provus estabelecia padrões ou expectativas em relação a cada um dos fatores de um programa: insumos (antecedentes), processos e produtos (resultados). Esses padrões eram os objetivos dos quais depende todo o trabalho avaliatório posterior” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.135). Neste estágio a tarefa do avaliador é providenciar a criação de uma série completa de especificações que satisfaçam aos critérios de solidez teórica e estrutural (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Na instalação “o avaliador faz uma série de testes de congruência para identificar quaisquer discrepâncias existentes entre a implementação esperada e real do programa” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.135). Para Provus, quando são encontradas discrepâncias nessa etapa deve-se mudar a definição do programa com ajustes na instalação ou encerrar a atividade se parecer inútil dar-lhe continuidade.

“Durante o estágio do processo, a avaliação concentra-se na coleta de dados sobre o progresso dos participantes no sentido de determinar se os comportamentos mudaram da forma esperada” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.135). Nesta etapa Provus utilizou o termo objetivo facilitador, referindo-se aos ganhos que os participantes obtêm quando as metas do programa são alcançadas. No caso de um objetivo facilitador não ser atingido, as atividades que levaram a ele devem ser revisadas, redefinidas ou encerrar o programa caso a discrepância não possa ser eliminada.

Provus distinguia a avaliação entre resultados imediatos – objetivos terminais – e resultados de longo prazo – objetivos últimos. No estágio do produto o “avaliador deve ir além da ênfase no desempenho em relação à finalidade do programa e a fazer estudos de acompanhamento como parte da avaliação” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.136).

O último estágio do modelo de avaliação de Provus é a análise de custo-benefício com a comparação dos resultados de análises semelhantes de custos de programas equivalentes. Este estágio vem se tornando cada vez mais essencial em quase todas as avaliações de programa, devido os fundos de assistência social estarem progressivamente mais escassos (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Em todas as etapas do modelo sempre que uma discrepância é identificada Provus sugeria um processo cooperativo de resolução do problema entre a equipe do programa e os avaliadores, para que a atividade não prossiga até o estágio seguinte enquanto todas as discrepâncias não tiverem sido eliminadas. “O processo envolve as perguntas: 1) por que existe uma discrepância?; 2) que providências é possível tomar para corrigi - lá?; 3) qual providência corretiva é mais indicada?” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.136).

O principal foco do modelo de avaliação da discrepância de Provus é o uso das discrepâncias para ajudar os administradores a determinar a medida que o desenvolvimento do programa está avançando no sentido de alcançar os objetivos estabelecidos. No entanto esta abordagem funciona melhor em sistemas maiores com recursos apropriados em termos de equipe (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

2.3 A MUDANÇA NA EDUCAÇÃO EM FUNÇÃO DO PARADIGMA PRODUTIVO

A educação é o centro das preocupações no mundo atual, em função da mudança tecnológica e organizacional no sistema produtivo. A análise das características da alteração do padrão tecnológico, dos fatores que determinam a competitividade e das oportunidades que os países em desenvolvimento possuem, desemboca nos recursos humanos. A qualidade da educação define o potencial de um país para alcançar o êxito nos campos econômico e social. Nos últimos tempos, os países e as empresas que tem atingido altos ritmos de geração de riqueza e de avanço social se caracterizam por dar suma importância para o treinamento e a educação (PÉREZ, 2000).

Os dois aspectos da mudança na empresa que podem servir de critério para a reforma da educação são: a nova organização das empresas e em relação com as novas formas que assume a mudança tecnológica (PÉREZ, 2000).

A mudança mais representativa que se observa na empresa moderna é a ruptura da estrutura burocrática da organização tradicional. As novas tendências levam ao achatamento das pirâmides hierárquicas, a formação de estruturas em rede, a recomposição de funções para formar unidades semi-autônomas definidas por produto ou por mercado de destino, o abandono da separação mente – mão, estimulando a incorporação das capacidades do indivíduo, a flexibilidade de operação em cooperação com clientes e fornecedores e a busca por alianças estratégicas com sócios ou rivais para melhorar a posição da empresa. Todas essas mudanças modificam profundamente a forma de funcionamento e o tipo de relação predominante na organização, o qual implica em um perfil muito distinto de habilidades e atitudes pessoais (PÉREZ, 2000).

A primeira implicação do novo paradigma organizacional para a relação pedagógica é que o antigo modo de disciplina pela obediência deixa de ser efetivo para a inserção no processo de trabalho. Uma forma mais efetiva de educação baseia-se na disciplina autônoma baseada no desenvolvimento do sentido de responsabilidade e do compromisso pessoal, com elevados níveis de exigência e sistemas de auto – avaliação. Outra implicação é a necessidade de se promover atividades em grupo. O ensino focado no trabalho individual deve ser complementado com a realização de trabalhos em grupo, com aprendizagem de interação, cooperação, adaptação e alcance de metas coletivas (PÉREZ, 2000).

Um dos aspectos mais complexos das novas estruturas das empresas para o campo da educação é o manejo adequado da autoridade como um estímulo a autonomia e a criatividade. Para facilitar esse processo de construção de uma atitude de autonomia responsável, a relação professor – aluno deve-se mover para uma relação do tipo guia – atores (PÉREZ, 2000).

As grandes mudanças tecnológicas associadas à computação, as telecomunicações, aos avanços da biotecnologia e a ciência de materiais, tem como efeito a formação de um novo contexto na esfera produtiva, na infra - estrutura e nos mercados, o que facilita a rápida incorporação de inovações (PÉREZ, 2000).

A empresa moderna caracteriza-se pela melhora incremental constante de seus produtos, processos e equipamentos. No paradigma anterior, as mudanças se davam por grandes saltos gerando novos produtos e processos otimizados para maximizar os benefícios da produção em massa. Na nova empresa se dissolve a velha separação entre as atividades de inovação e atividades de produção ou venda. O desenvolvimento de novos produtos ou processos se realiza em constante interação entre as pessoas de todos os departamentos, de forma que a mudança se converte na rotina da organização, o que tem várias conseqüências para a forma de inserção do profissional no trabalho (PÉREZ, 2000).

No novo paradigma o processo de inovação requer a participação criativa de todos os níveis da organização, no melhoramento dos produtos e processos de produção. Com isso cada trabalhador assume a responsabilidade pela qualidade do seu trabalho, fica atento a falhas que poder ser superadas, oportunidades de melhora, apresenta sugestões, propõe e realiza projetos. Isto exige do profissional que ele desenvolva capacidades de observação, medição e investigação (PÉREZ, 2000).

Outra consequência para a inserção do profissional no trabalho no novo paradigma é a necessidade de aprendizagem e treinamento constante, com a elevação das suas qualificações a fim de que fundamente a sua capacidade produtiva. Por último a empresa moderna requer um profissional polivalente com uma visão do conjunto (PÉREZ, 2000).

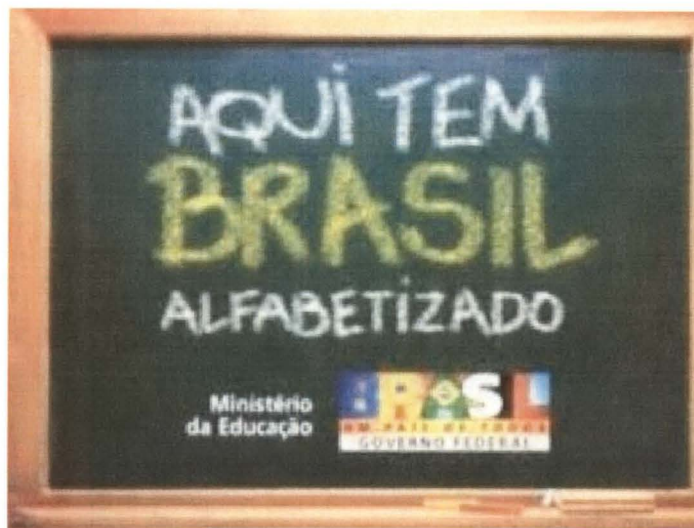
Sendo assim, no novo paradigma produtivo onde existe um ambiente de mudança, flexibilidade e melhora contínua, o investimento em capital humano aparece como a chave do sucesso. A organização produtiva moderna, com as mudanças tecnológicas e as características da atual transição devem servir como fonte de critérios para renovar o sistema educacional (PÉREZ, 2000).

3. O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

O Governo Federal é o idealizador do Programa Brasil Alfabetizado e executa as ações através do Ministério da Educação (MEC), e este por sua vez, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, outro órgão da estrutura do MEC, é o responsável por realizar as transferências dos recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e por analisar a prestação de contas. Um grau abaixo encontram-se os Estados Federados, que através de adesão por escrito demonstram interesse em disponibilizar o programa para seus municípios. Os estados são representados pelas suas respectivas Secretarias de Educação Estaduais (MEC, 2012).

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foi implantado em 2003 pelo Decreto nº 4.834, de 8 de setembro, posteriormente substituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O Ministério da Educação (MEC) instituiu o programa voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. “Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos” (MEC, 2012).

FIGURA 1 – CARTAZ DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012

4. O PROGRAMA PARANÁ ALFABETIZADO

O Programa Paraná Alfabetizado é uma ação do Governo do Estado do Paraná em parceria com o MEC (Ministério da Educação), SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), Programa Brasil Alfabetizado, Associação dos Municípios do Paraná, União dos Dirigentes Municipais de Educação no Paraná e as Prefeituras Municipais (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2010).

Foi implantado em 2004 com o objetivo de universalizar a alfabetização aos jovens, adultos e idosos paranaenses não alfabetizados com 15 anos ou mais, garantindo o acesso à leitura e à escrita como direito à educação básica e como instrumento de cidadania (SEED-PR, 2010).

Nesta seção será feita uma apresentação do Programa Paraná Alfabetizado. A primeira parte aborda as motivações do Governo para implantação do Programa. A segunda parte traz os objetivos do Paraná Alfabetizado. Por último, a terceira seção trata dos investimentos necessários para a realização do Programa, abordando a infraestrutura e formação dos educadores.

FIGURA 2 - CARTAZ DE APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA



FONTE: NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE APUCARANA, 2011

4.1 MOTIVAÇÕES DO PROGRAMA

A taxa de analfabetismo no Paraná era de 9,5% no ano de 2000, segundo dados do IBGE. Apesar de ser a sétima taxa mais baixa do Brasil, é a mais alta entre os estados da região Sul.

Visando reduzir a taxa de analfabetismo no Estado e "garantir à população em processo de alfabetização o acesso às demais políticas, benefícios e serviços sociais públicos, propiciando a superação das diversas situações de exclusão em que se encontra a população não alfabetizada" (SEED, 2010) implantou-se no estado o Programa Paraná Alfabetizado.

4.2 OBJETIVOS DO PROGRAMA

Além de buscar reduzir a taxa de analfabetismo no estado, motivação do Programa, ele busca outros três objetivos: a continuidade da escolarização, a constituição de um acervo literário e garantir a população o acesso às demais políticas governamentais.

No primeiro, para possibilitar a continuidade da escolarização aos novos alfabetizados, o governo busca parcerias com as Secretarias Municipais de Educação, de forma que eles possam ingressar no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) fase I do ensino fundamental, "considerando os locais onde residem e trabalham, seus diversos tempos e realidades" (SEED, 2010).

No que tange a constituição do acervo literário, ele seria constituído de livros públicos produzidos pelos próprios educadores e educandos, voltado para a população jovem, adulta e idosa em processo de alfabetização (SEED, 2010).

O terceiro objetivo do Programa Paraná Alfabetizado busca "articular as ações governamentais de forma a garantir à população em processo de alfabetização o acesso às demais políticas, benefícios e serviços sociais públicos, propiciando a superação das diversas situações de exclusão em que se encontra a população não alfabetizada (SEED, 2010).

Sendo assim, o Programa considera a alfabetização como resgate da dívida social brasileira aos que não tiveram acesso à educação escolar e como oportunidade da população não alfabetizada melhorar a sua condição de vida precarizada.

4.3 OS INVESTIMENTOS DO PROGRAMA

O Programa Paraná Alfabetizado realiza investimentos em três âmbitos: nas instalações das salas de aula, na formação dos professores e nas necessidades dos alunos. Para viabilizar esses investimentos o Governo Federal realiza a transferência automática de recursos ao Estado, sem a necessidade de firmar convênio ou outro instrumento similar (PBA, 2012).

O montante de recursos a serem transferidos para financiar as ações de apoio à alfabetização de jovens e adultos será calculado com base no número de alfabetizandos e alfabetizadores participantes previstos pelo Governo do Paraná no Programa, a partir da seguinte fórmula (PBA, 2012):

$$VA = \{[(Ar/10) \times m] + [(Au/20) \times m]\} \times 0,50$$

em que :

VA: valor de apoio

Ar: número de alfabetizandos da zona rural

Au: número de alfabetizandos da zona urbana

10: número médio referencial de alfabetizandos nas salas de aula rurais

20: número médio referencial de alfabetizandos nas salas de aula urbanas

m: número de meses do Programa por parceiro

O valor de apoio poderá ser destinado ao custeio da formação de educadores e no apoio aos alfabetizandos. Ar e Au correspondem ao número total de alfabetizandos nas zonas rural e urbana. 10 e 20 referem-se ao número médio de alunos por turma nas áreas rural e urbana. Por último m, é o número de meses do Programa, no Paraná, oito.

4.3.1 Infraestrutura

A infraestrutura utilizada para as aulas de alfabetização pode ser qualquer lugar adequado a esta prática. Não havendo nenhuma escola da rede municipal ou estadual apta a receber os educandos as aulas poderão ser ministradas em igrejas ou qualquer salão da comunidade (SEED, 2010).

4.3.2 Formação de educadores

Os alfabetizadores e coordenadores locais de alfabetização participam de diversos cursos e reuniões de formação inicial e continuada em alfabetização promovidos pela SEED-PR: Curso de Formação Inicial, Grupos de Estudos, Reuniões pedagógicas, Oficinas e Simpósios.

Assim que entram no Programa como educadores, os professores realizam o Curso de Formação Inicial e Continuado de Alfabetizadores e Coordenadores locais, realizado no Centro de Capacitação de Faxinal do Céu, com uma carga horária de 30 horas.

Nos municípios de origem dos alfabetizadores eles participam de Grupos de Estudos de Formação Inicial e Continuado de Alfabetizadores e Coordenadores locais com o apoio da TV Paulo Freire com duração de 30 horas.

Passado o período de cursos e grupos de formação inicial, começa a fase de manutenção da formação adquirida, realizada na forma de reuniões e oficinas descentralizadas. As reuniões de formação continuada são realizadas pela Coordenação Local de Alfabetização e tem duração de 64 horas. Já as oficinas acontecem nos Núcleos Regionais de Educação com carga horária de 48 horas.

Anualmente é realizado o Simpósio Estadual Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, contando com a participação de educandos, em uma carga horária de 30 horas.

Todos esses eventos para a formação inicial e continuada dos alfabetizadores do Programa Paraná Alfabetizado busca integrar educandos e alunos, além da produção de materiais de apoio pedagógico.

4.3.3 Apoio aos alfabetizandos

O Programa Paraná Alfabetizado em conjunto com o Brasil Alfabetizado e o MEC/FNDE repassa recursos financeiros aos municípios para que seja oferecido aos alunos merenda e, também, materiais escolares, pedagógicos, didáticos e literários (MEC, 2012).

A merenda só pode ser oferecida aos alfabetizandos matriculados e frequentes durante o período das aulas (MEC, 2012).

No que tange aos materiais escolares para os alfabetizandos a lista deve conter a maior parte dos itens: apontador de lápis, giz de cera, arame, lápis de cor, argila, lápis preto nº 2, atlas geográfico, massa de modelar, bloco para desenho, papel almaço com pauta, borracha, papel sulfite, caderno, pasta com elástico, caneta esferográfica, pasta polionda, caneta hidrográfica, pincel, cola em bastão, régua plástica de 30 cm, cola líquida branca, tesoura de metal sem ponta, dicionário e tinta guache (MEC, 2012).

Os materiais pedagógicos para uso nas turmas incluem: apagador, pacote de etiquetas, bloco para desenho, papel cartão, caderno universitário espiral, papel celofane, caneta hidrográfica, papel crepom, caneta marca-texto, papel-de-seda, caneta para transparência, papel pardo, cartolina, papel sulfite, cola bastão, pasta catálogo, cola líquida branca, pasta com elástico, compasso sem tira linha, pincel, estojo para apagador, pincel atômico, E.V.A. (etil vinil acetato), pincel para quadro branco, fita crepe, refil de pincel para quadro branco, fita adesiva, régua plástica de 30 cm, giz branco, TNT (tecido não-tecido), giz colorido, estêncil a álcool, giz de cera, estêncil a tinta, lápis-borracha, tesoura de metal sem ponta, lápis de cor, tinta guache, lápis preto nº 2 e transparência.

O Ministério da Educação realiza duas ações complementares para que seja viabilizada a alfabetização e educação de jovens e adultos, o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos, que distribui livros didáticos aos alfabetizandos do Programa Brasil Alfabetizado. A outra ação é a Coleção Literatura para Todos que distribui às turmas do Programa Brasil Alfabetizado e às escolas públicas que ofertam EJA, obras literárias destinadas ao público recém alfabetizado (MEC, 2012).

5. MECANISMOS DO PROGRAMA

O Programa Paraná Alfabetizado possui três mecanismos principais, a determinação da localização das turmas de alfabetização, a seleção dos alfabetizadores e a identificação dos alfabetizandos.

Todos estes mecanismos estão interligados. A definição da localização das turmas de alfabetização depende da identificação das pessoas analfabetas e da disponibilidade de professores. Assim como se não houver lugar para as aulas serem ministradas inviabiliza o programa.

5.1 AS TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO

As turmas de alfabetização, de acordo com o edital do Programa Paraná Alfabetizado, serão de no mínimo 14 e no máximo 25 alunos, na área urbana. Na zona rural ou áreas de difícil acesso as turmas podem ser menores, no mínimo 7 e no máximo 25 alunos.

No que tange ao período de alfabetização, o processo é de oito meses. A carga horária total corresponde a 320 horas, sendo desenvolvida em 10 horas semanais. Elas “deverão ser constituídas permanentemente ao longo do ano, através de chamamentos públicos de alfabetizadores e alfabetizandos” (SEED, 2010).

O planejamento pedagógico do conteúdo das aulas deve ser definido pelo conjunto de alfabetizandos e alfabetizadores, considerando as dinâmicas específicas da comunidade, locais de trabalho e disponibilidade dos alunos.

O acompanhamento pedagógico das turmas de alfabetização é realizado através de reuniões semanais ou quinzenais de formação continuada a serem organizadas e desenvolvidas pela coordenação local de alfabetização, com carga horária de 8 horas/mês, sendo obrigatória a participação dos alfabetizadores. Além disso, a coordenação local de alfabetização deve fazer visitas semanais ou quinzenais para contatos com alfabetizadores e alfabetizandos para observação, orientação e avaliação do processo de alfabetização (SEED, 2010).

5.1.1 Localização

“As turmas de alfabetização poderão ser localizadas nas escolas estaduais ou municipais, em centros comunitários, sedes dos sindicatos, salas das igrejas, dentre outros espaços físicos alternativos” (SEED, 2010). É fundamental a acolhida das turmas de alfabetização nas escolas estaduais; garantindo aos alfabetizandos e alfabetizadores, o direito de se sentirem parte da escola e da comunidade.

As turmas de alfabetização poderão ser localizadas inclusive em acampamentos ou assentamentos, vilas rurais, ilhas, terras quilombolas, terras indígenas, em fim, em qualquer lugar que possua pessoas não alfabetizadas.

5.2 OS ALFABETIZADORES

Os alfabetizadores do Programa Paraná Alfabetizada são voluntários, inscritos e selecionados através de Edital para atuar nos Municípios do estado do Paraná, durante uma edição do Programa, em atendimento às demandas de alfabetização da população adulta paranaense. O alfabetizador selecionado não terá “registro em carteira de trabalho uma vez que não haverá contrato de trabalho e sim, a assinatura de um Termo de Compromisso pelas atividades de alfabetização que ele desenvolverá” (SEED, 2008).

Além dos alfabetizadores, o Programa Paraná Alfabetizado conta com a participação de Coordenadores Locais de Alfabetização, sendo professores da Rede Estadual de Educação remunerada pela SEED-PR com as seguintes funções: acompanhar semanalmente as turmas de alfabetização, para garantirem a formação

continuada dos alfabetizadores, para organizar a documentação dos alfabetizandos e para articularem a infra-estrutura necessária à ação alfabetizadora junto às Prefeituras Municipais.

5.2.1 Funções do alfabetizador

O alfabetizador voluntário possui diversas funções junto à comunidade, dentre elas, localizar, identificar, mobilizar e cadastrar os jovens, adultos e idosos não alfabetizados para ingresso e constituição de turmas de alfabetização, utilizando o cadastro de alfabetizando, disponibilizado pelas Coordenações de Educação de Jovens e Adultos nos Núcleos Regionais de Educação – NRE.

Além da função anterior, o alfabetizador deve encaminhar os cadastros dos alfabetizandos, que formarão a turma, ao NRE para que sua adesão, a da turma e dos alfabetizandos ao Programa Brasil Alfabetizado/Paraná Alfabetizado sejam efetivadas (SEED, 2012).

O professor voluntário deve elaborar, juntamente com o coordenador de turmas ou NRE, o cronograma contendo o local de trabalho, os dias e horários de atendimento, respeitando a carga horária de dez horas semanais (SEED, 2012).

O alfabetizador aplica obrigatoriamente dois testes cognitivos um de entrada, a ser aplicado até o décimo quinto dia após o início das aulas e o teste de saída, a ser aplicado nos últimos dez dias de aula. Os testes cognitivos são de leitura/escrita e matemática, utilizando, obrigatoriamente, a matriz de referência e os testes oferecidos pela SECADI/MEC, disponíveis no Sistema Paraná Alfabetizado - SPA, para aferir desempenho cognitivo dos jovens, adultos e idosos. Além do teste inicial e final o alfabetizador deve realizar atividades de avaliação a cada mês registrando a data de cada uma delas. Essas atividades de avaliação deverão ser arquivadas em portfólios e preservadas, por exigência do MEC, para registro e acompanhamento da trajetória de cada alfabetizando.

Quanto à frequência dos alfabetizandos às aulas, deve ser registrada na “Ficha de frequência mensal de alfabetizando”. Esta lista deve ser entregue aos coordenadores de turmas até a última quinta-feira de cada mês, com as justificativas de possíveis ausências, desistências e/ou evasões.

Por último, os alfabetizadores devem mobilizar e encaminhar para os cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) disponíveis na localidade para aqueles que pretendem continuar seus estudos, em articulação com a coordenação de turmas e Equipe EJA do NRE.

Sendo assim, tendo em vista todas as funções acima descritas, o alfabetizador tem ainda funções sociais. A primeira é realizar visitas às residências dos alunos faltosos, para conhecer os motivos das ausências e incentivá-los a retornar. A segunda é garantir aos alfabetizandos com problemas visuais o atendimento oftalmológico, a acesso para obtenção de registro civil, do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e da documentação básica a todos os aqueles que ainda não os possuem.

5.2.2 Critérios do processo de seleção

Os alfabetizadores do Programa Paraná Alfabetizado são selecionados através de Editais públicos organizados pela SEED-PR, podendo ser: professores habilitados das diversas áreas do conhecimento, vinculados ou não às redes públicas estadual ou municipal de educação ou ainda educadores populares com ensino médio concluído, residentes em locais de difícil acesso (acampamentos ou assentamentos, vilas rurais, ilhas, terras quilombolas, terras indígenas, dentre outros.), para alfabetização estes locais (SEED-PR, 2012).

Os requisitos necessários para a seleção do alfabetizador são:

- a) ser brasileiro(a) ou naturalizado que tenha domínio da língua portuguesa;
- b) ter cumprido as obrigações militares previstas na lei;
- c) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da inscrição;
- d) ser, preferencialmente, professor(a) das redes públicas de ensino, desde que disponham de horário para desenvolver atividades voluntárias de alfabetização de jovens, adultos e idosos;
- e) ter como escolaridade mínima a formação de nível médio completo ou habilitação em magistério com experiência anterior em educação, preferencialmente, em educação de jovens e adultos;

- f) para turmas que funcionam em terra indígena, quilombola, assentamentos, acampamentos e locais de difícil acesso, em caráter excepcional, será aceita a inscrição de alunos que frequentam as últimas séries do curso em nível médio, com habilitação em Magistério, desde que, preferencialmente, sejam residentes nessas localidades ou alfabetizador indígena bilíngue;
- g) não ter se ausentado, sem justificativa, nas formações oferecidas pela SEED/EJA em anos anteriores, quando o candidato for alfabetizador egresso de outras edições.

Além dos requisitos necessários para a seleção de um alfabetizador, no ato da inscrição do processo seletivo devem ser entregues os seguintes Termos de Compromisso assinados:

- a) Termo de Compromisso de participação nas formações continuadas (Anexo I), tendo a ciência de que as formações poderão ser ofertadas, inclusive, em finais de semana ou feriados, sem ônus para o alfabetizador e sem pagamento de bolsas auxílios adicionais;
- b) Termo de Compromisso (Anexo II) que obriga a participação em reuniões pedagógicas periódicas, a serem realizadas semanalmente (duas horas de duração) ou quinzenalmente (quatro horas de duração) com o coordenador de turmas;
- c) declaração constando residência em local de difícil acesso no município, preenchida e assinada (Anexo III);
- d) declaração do Cacique ou liderança da terra indígena, apresentando o professor indígena bilíngue como candidato a alfabetizador para a comunidade, preenchida e assinada.

E por último, para efetivar a inscrição, o candidato deverá apresentar a seguinte documentação, acompanhada dos originais para conferência:

- a) ficha de inscrição (Anexo IV), devidamente preenchida e assinada;
- b) fotocópia do CPF;
- c) fotocópia da Carteira de Identidade;
- d) fotocópia do comprovante de escolaridade;
- e) fotocópia do comprovante de vínculo funcional com a Rede Pública Estadual ou Municipal de Educação, se for o caso;
- f) fotocópia do comprovante de experiência profissional em educação, contendo tempo de serviço;
- g) fotocópia do comprovante de residência;

h) o candidato que optar pela vaga destinada a portadores de deficiências, apresentar laudo médico que ateste a área e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da classificação da doença – CID.

Segundo o edital do Programa Paraná Alfabetizado a classificação dos candidatos deve seguir rigorosamente a pontuação da tabela 1 e seguintes critérios:

- a) participação como alfabetizador de jovens, adultos e idosos em edições anteriores do Programa Brasil Alfabetizado/Paraná Alfabetizado, desde que tenha recebido parecer favorável da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos nos NRE;
- b) vínculo como professor nas redes públicas de ensino ou na rede privada, desde que apresentem comprovação de disponibilidade para desenvolverem atividade de alfabetização voluntária de jovens adultos e idosos;
- c) atendimento à turma de alfabetização em terras indígena, quilombola, assentamentos acampamentos e locais de difícil acesso, desde que apresentem declaração de residência na referida localidade e carta de apresentação da liderança local (Anexos III e IV) (SEED-PR, 2012).

Além dos critérios para a classificação dos candidatos a alfabetizador no Programa Paraná Alfabetizado, existem os critérios em caso de empate: maior tempo comprovado de atuação como alfabetizador de jovens, adultos e idosos; maior tempo comprovado de atuação como professor na educação de jovens e adultos; maior tempo comprovado de docência; e mais idoso.

FIGURA 3 - PONTUAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS

CRITÉRIOS		ITENS	VALOR MÁXIMO DOS ITENS	VALOR DE CADA ESPECIFICIDADE
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		Tempo de atuação na função de Alfabetizador(a) ou Coordenador(a) de Turmas Voluntário(a) do Programa Brasil Alfabetizado/Paraná Alfabetizado.	20 créditos	Cada edição equivale a 04 créditos
		Tempo de serviço na docência ou na função em instituições públicas ou privadas.	15 créditos	Cada ano equivale a 03 créditos
FORMAÇÃO	HABILITADO	Curso de Pós-Graduação na área da Educação, reconhecido pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas.	20 créditos	será considerado apenas um curso
		Curso de Pedagogia, Magistério Superior ou Licenciaturas	15 créditos	será considerado apenas um curso
		Curso completo de Magistério (Nível Médio)	10 créditos	será considerado apenas um curso
	NÃO HABILITADO	Cursando últimas séries do curso Pedagogia, Magistério Superior ou Licenciaturas.	10 créditos	será considerado apenas um curso
		Ensino Médio Completo ou cursando últimos anos do Magistério (Nível Médio).	05 créditos	será considerado apenas um curso
RESIDÊNCIA		Aldeias Indígenas, Terras de Quilombos, Acampamentos, Assentamentos, outros.	05 créditos	somente com “Apresentação” da liderança local

FONTE: EDITAL SEED-PR

5.3 COORDENAÇÃO LOCAL DE ALFABETIZAÇÃO

No Programa Paraná Alfabetizado há a participação de coordenadores locais de alfabetização, do quadro de professores da rede estadual de educação, que dispõem de 10 horas semanais, remunerados pela SEED-PR.

A mobilização dos professores para desenvolverem a função de coordenação local no município é feita principalmente pela direção e as equipes das escolas estaduais. Para contribuir nessa mobilização, a SEED-PR encaminha cartazes informativos sobre o papel da coordenação local, a serem afixados na sala dos professores e demais espaços de divulgação na escola.

5.3.1 Funções da coordenação local de alfabetização

Os coordenadores locais de alfabetização possuem oito funções dentre as quais estão: mobilização das pessoas analfabetas, viabilização de espaço físico para as aulas, busca de parcerias, acompanhamento do trabalho dos professores, coordenação das reuniões de formação continuada, visitas as turmas de alfabetização e o recolhimento da lista de frequência dos alfabetizandos assim como o relatório mensal do alfabetizador (SEED-PR, 2012).

A primeira função da coordenação local consiste na mobilização dos jovens, adultos e idosos analfabetos do município para a participação no processo de alfabetização e na busca de parcerias que possam contribuir com a permanência dos alfabetizandos no curso (SEED-PR, 2012).

A coordenação deve viabilizar conjuntamente com NRE o espaço físico para que sejam ministradas as aulas assim como buscar parcerias com universidades, faculdades e escolas de magistério para “atender os alfabetizandos com diferentes ritmos de aprendizagem, através da participação, juntamente com o alfabetizador, de estagiários destas instituições” (SEED, 2010).

A quarta função da coordenação local é acompanhar o trabalho dos professores nas turmas de alfabetização sob sua responsabilidade, além de coordenar, semanalmente, a reunião de capacitação continuada com os alfabetizadores, sendo esta a quinta função. Nessa reunião devem ser realizadas as seguintes tarefas: leitura e discussão de textos sobre a educação de jovens e adultos, pertinentes à alfabetização e seu processo, avaliação da semana de trabalho, fazer os encaminhamentos necessários de acordo a avaliação da semana e o relatório de visitas e por último “efetuar, juntamente com os alfabetizadores, o planejamento e o plano de aula da alfabetização, conforme a especificidade de cada turma” (SEED, 2010).

Devem realizar visitas às turmas de alfabetização quinzenalmente e/ou semanalmente, e fazer com registro das observações de cada turma visitada. Este registro deve ser encaminhado à SEED/DEDI/Programa Paraná Alfabetizado.

Até a última 6ª feira de cada mês deve ser recolhida impreterivelmente a lista de frequência mensal dos alfabetizandos e alfabetizadores, inserindo os dados no sistema Paraná Alfabetizado. No sistema, informar o número total de alfabetizandos bem como as ausências, as desistências, as substituições, as justificativas e as ações realizadas para trazê-los novamente à alfabetização. Após digitação dos dados, a lista de frequência deverá ser enviada à SEED/DEDI/Programa Paraná Alfabetizado (SEES, 2010).

Como última função da coordenação local de alfabetização está o recolhimento do relatório mensal do alfabetizador, que deve conter os registros dos conteúdos e atividades planejadas e desenvolvidas durante o mês de referência, bem como a avaliação da turma. Após recolhê-lo, o coordenador deve emitir seu parecer e assinar considerando as visitas realizadas nas turmas e as avaliações apresentadas e discutidas nas reuniões de capacitação semanal/quinzenal, enviando-o para a SEED/DEDI/Programa Paraná Alfabetizado, juntamente com a lista de frequência dos alfabetizandos.

Todas as funções da coordenação local de alfabetização acima descritas possuem extrema importância tanto para o acompanhamento, manutenção e principalmente para a visualização dos resultados da alfabetização do Programa Paraná Alfabetizado.

5.4 OS ALFABETIZANDOS

No Programa Paraná Alfabetizado o público alvo são as pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas. podendo elas serem jovens, adultos ou idosos, não havendo limite de idade para a inscrição (SEED, 2012).

O processo de alfabetização dessas pessoas inclui o acolhimento e envolvimento dos jovens, adultos e idosos não alfabetizados, além de ser concebida como um resgate da dívida social aos que não tiveram efetivo acesso à educação escolar e que deve permitir e incentivar a continuidade da escolarização dos educandos e educandas como direito de cidadania.

5.4.1 Processo de identificação

O processo de identificação das pessoas não alfabetizadas para participarem do Programa Paraná Alfabetizado envolve diversos segmentos governamentais e da sociedade civil num esforço articulado através de várias ações, descritas abaixo.

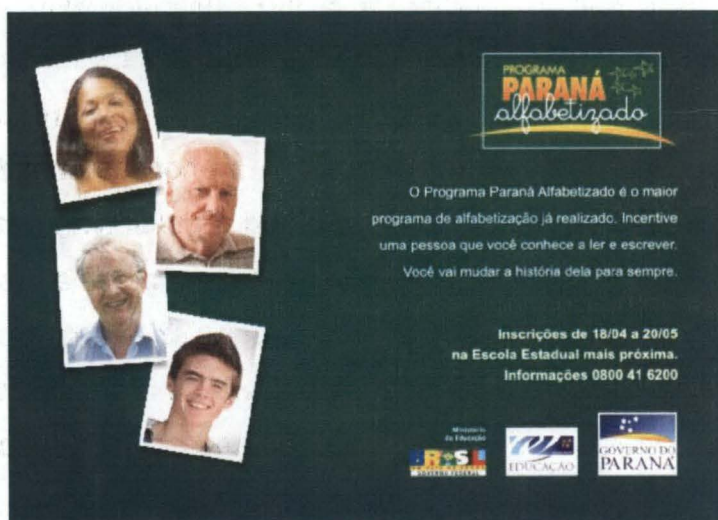
Reuniões na comunidade envolvendo lideranças, direção, professores, alunos e pais de alunos das escolas estaduais e municipais, bem como representantes de serviços públicos locais (das Unidades Básicas de Saúde, Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, etc.) para definir ações de identificação (SEED, 2010).

Os alunos e professores das várias disciplinas da rede pública de educação podem fazer um levantamento com a finalidade de identificar quantas e quais pessoas não alfabetizadas residentes nos bairros e comunidades de entorno da escola (SEED, 2010).

Os alfabetizadores podem realizar visitas às residências das pessoas não alfabetizadas para convidá-las a participar das turmas de alfabetização; avisos nas missas, cultos e celebrações religiosas para divulgação do Programa Paraná Alfabetizado e mobilização da população local (SEED, 2010).

Deve ser realizada uma divulgação permanente das ações do Programa nos bairros, municípios/região através de veículos de comunicação como: emissoras de rádio e televisão, fixação de cartazes em locais públicos, eventos, etc (SEED, 2010).

FIGURA 4 - MODELO DE CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA



FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2011

Outro mecanismo de identificação das pessoas não alfabetizadas é através do acesso e integração aos cadastros sociais tais como: Programa Leite das Crianças, Bolsa Família, Paraná em Ação, Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF, Cadastro Único dos beneficiários da Assistência Social, dentre outros (SEED, 2010).

A última ação para a identificação dos alfabetizandos é a constituição de um Fórum ou Comissão Local de Alfabetização no município envolvendo lideranças comunitárias, autoridades políticas, representantes de organizações governamentais e da sociedade civil para definir estratégias e ações de mobilização em torno da alfabetização e divulgando o Programa (SEED, 2010).

Tendo em vista todas as formas de identificação das pessoas não alfabetizados descritas acima, não se pode deixar de lado a forma como é feita a identificação dos municípios. A escolha do município considera: altas taxas de analfabetismo, número absoluto de não alfabetizados viável de superação no período de oito meses e adesão política e comunitária da Prefeitura Municipal (SEED, 2010).

FIGURA 5 - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA



1,20 x 2,00

FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2011

6. RESULTADOS DO PROGRAMA

No Brasil o percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler nem escrever um bilhete simples era de 13,6%, o que corresponde a 16 milhões de pessoas, segundo o censo do IBGE em 2000. Em 2010 houve uma redução de aproximadamente dois milhões de pessoas analfabetas no país, passando para uma taxa de 9,6% (Censo 2010, IBGE).

No estado do Paraná a taxa de analfabetismo em 2000 era de 9,5%, correspondendo a 649 mil jovens, adultos e idosos (Censo 2000, IBGE). Em 2010 houve uma redução nesse índice, passando para 6,3% (Censo 2010, IBGE). Contudo o Paraná ainda possui uma taxa de analfabetismo acima da média da região Sul (5,1%) (Censo 2010, IBGE) e a maior entre todos os estados da região (Ver tabela 1).

TABELA 1 - TAXA DE ANALFABETISMO DE PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS		
	Censo 2000	Censo 2010
Brasil	13,6%	9,6%
Região Sul	7,7%	5,1%
Paraná	9,5%	6,3%
Santa Catarina	6,3%	4,1%
Rio Grande do Sul	6,7%	4,5%

FONTE: IBGE

Nesta sessão será feito um panorama sobre os resultados do Programa Paraná Alfabetizado, implantado para reduzir a taxa de analfabetismo e melhorar o desenvolvimento humano no Estado (SEED-PR, 2010). O capítulo divide-se entre uma descrição detalhada das edições do Programa e os resultados do Paraná Alfabetizado no Estado, incluindo uma análise das cidades que obtiveram os melhores e os menos significativos resultados.

6.1 EDIÇÕES

Desde o início das suas ações, em 2004, o Programa Paraná Alfabetizado vem ampliando progressivamente suas metas, estratégias e ações, almejando reduzir significativamente a taxa de analfabetismo evidenciada pelo Censo IBGE, em 2000. Até este ano, 2012, foram nove edições, uma por ano (SPA, 2010).

Na primeira edição o Programa esteve presente em 225 municípios com 22.676 alfabetizandos, através de 1.249 turmas de alfabetização, com 245 coordenadores e atendeu a 3,8% em relação as 649 mil pessoas não alfabetizadas segundo o Censo 2000 do IBGE (SPA, 2010). Nesta edição houve a participação de 225 municípios.

Na segunda edição em 2005, foram 2.591 turmas de alfabetização com 48.881 alfabetizandos. No ano seguinte o Programa contou com a participação de 381 municípios, 63.322 alfabetizandos em 2.841 turmas de alfabetizações (SPA, 2010).

Em 2006 se inscreveram no Programa mais de 63 mil alfabetizandos, seguindo a tendência de ampliação do Paraná Alfabetizado. Desses, cerca de 22 mil (36%) foram alfabetizados e encaminhados para o EJA fase I. e 4 mil alunos estavam impossibilitados de frequentar o EJA fase I (SPA, 2010).

O Programa Paraná Alfabetizado atinge o seu auge de alunos cadastrados no ano de 2007, na sua quarta edição, com mais de 91 mil inscritos. Além disso, pela primeira vez os 399 municípios do Estado possuem turmas de alfabetização. No entanto neste ano houve o menor percentual de alunos que tiveram êxito no processo de alfabetização, apenas 36,7%. Uma hipótese para este resultado menor de 2007 em relação aos anos anteriores pode ser o tamanho das turmas, em média 20 alunos (SPA, 2010).

Na quinta edição o Programa contou novamente com a participação de todos os municípios paranaenses, contudo houve uma queda de mais de 24 mil inscritos em relação ao ano anterior. Foram 661 coordenadores e mais de cinco mil turmas (SPA, 2010).

Em 2009 foram 75 mil alfabetizandos em 6 mil turmas, distribuídas por 393 municípios no Paraná. Neste ano, a média de alunos por turma foi de 11 e 52% dos alunos ao final do Programa foram considerados alfabetizados (SPA, 2010).

Na edição de 2010 inscreveram-se no Programa mais de 60 mil alunos (SPA, 2010).

Por último no ano de 2011 o Programa Paraná alfabetizado contou com a participação de 35 mil estudantes, considerando-se que essa foi a segunda menor participação de alunos no Programa desde a sua implantação em 2004. Os dados para este ano – 2012 - ainda não foram divulgados pelo Sistema Paraná Alfabetizado.

TABELA 2 - RESULTADOS DO PROGRAMA PARANÁ ALFABETIZADO						
Edição e ano	1ª edição (2004)	2ª edição (2005)	3ª edição (2006)	4ª edição (2007)	5ª edição (2008)	6ª edição (2009)
Alfabetizando cadastrados	22.676	48.881	63.322	91.147	66.858	75.163
Alfabetizado e encaminhado para EJA fase I	2.777	8.115	22.694	23.045	18.479	21.803
Alfabetizado e impossibilitado de frequentar o EJA fase I	8.402	10.050	4.140	10.393	9.762	17.382
Permanência em turmas de alfabetização	7.193	21.377	22.409	23.523	18.613	17.402
Evasão	4.304	8.157	3.379	8.109	6.319	5.408
Desistência	0	1.182	10.700	26.077	13.685	13.168
Turmas	1.249	2.591	2.841	4.478	5.439	6.549
Coordenadores	245	387	505	867	661	637
Municípios	225	344	381	399	399	393

FONTE: SPA, 2010

6.2 RESULTADOS DA ALFABETIZAÇÃO NO ESTADO

Desde a sua primeira edição, em 2004, até 2011 o Programa Paraná Alfabetizado passou por distintos momentos no que tange ao alcance dos seus objetivos finais. Os resultados do Programa podem ser analisados sob diversos aspectos, número de inscritos, coordenadores, quantidade de turmas, além de como essas variáveis se relacionam.

Buscando sempre levar a alfabetização ao maior número de pessoas possível, o Paraná Alfabetizado da sua primeira edição até a quarta aumentou em quatro vezes o número de alunos inscritos. Contudo em 2008, houve uma redução de mais de 24 mil alfabetizandos. No ano seguinte aconteceu uma pequena recuperação, mas não chegando mais aos 91 mil alunos de 2007.

Ao analisar o número de turmas para cada coordenador - em média - desde o início do Programa até 2011, nota-se uma tendência de aumento na quantidade de turmas que um coordenador é responsável. Em 2004 cada um era responsável por cinco turmas, em média, já em 2009 passou para 10. No que tange ao número de alunos por turma, da terceira até a sexta edição, a tendência foi de queda, passou de 22 a 11 alunos por turma, respectivamente.

Com duas variáveis acima descritas - número de turmas por coordenador e de alunos por turma – pode-se inferir que com o passar das edições as turmas foram ficando com menos alunos, no entanto cada coordenador passou a ser responsável por um maior número de turmas.

TABELA 3 - RESULTADOS RELATIVOS DO PROGRAMA PARANÁ ALFABETIZADO							
Edição e ano	1ª edição (2004)	2ª edição (2005)	3ª edição (2006)	4ª edição (2007)	5ª edição (2008)	6ª edição (2009)	TOTAL
Alfabetizandos cadastrados	22.676	48.881	63.322	91.147	66.858	75.163	368.047
Turmas	1.249	2.591	2.841	4.478	5.439	6.549	23.147
Alunos por turma	18,2	18,9	22,3	20,4	12,3	11,5	15,9
Coordenadores	245	387	505	867	661	637	3.302
Turmas por coordenador	5,1	6,7	5,6	5,2	8,2	10,3	7,0

FONTE: SPA, 2010

6.2.1 Cidades onde a redução foi mais relevante

O Programa Paraná Alfabetizado possui resultados distintos entre os municípios. Segundo dados do Sistema Paraná Alfabetizado, divulgados em 2010, no período de 2004 a 2009, 123 cidades podem ser consideradas alfabetizadoras. Ou seja, aqueles cujas taxas de analfabetismo foram reduzidas em até 49% ou mais.

Na tabela 4 a quinta coluna mostra o percentual de redução do número de analfabetos nas cidades alfabetizadoras. Esse percentual foi calculado utilizando-se o número absoluto de analfabetos do Censo 2000 do IBGE em comparação com os dados do Sistema Paraná Alfabetizado, de alunos que finalizaram o período de alfabetização sabendo ler e escrever.

A cidade onde foi registrada a maior redução percentual no número de analfabetos foi Paranapoema, na região de Paranaíba, com 118% (SPA, 2010). Segundo o Censo 2000 do IBGE, havia na cidade 348 analfabetos e em 2009 passou para 6 (SPA, 2010).

Quanto à redução em número absoluto de pessoas não alfabetizadas, a mais significativa foi em Foz do Iguaçu, que obteve uma redução de 4.304 pessoas. Contudo se for analisada a redução percentual na mesma cidade ela foi de pouco menos de 50%. Com esse percentual ela ocupa a última posição na tabela 4, onde há um resumo de todas as cidades onde a redução no analfabetismo foi mais significativa, ou seja, mais de 49%.

TABELA 4 - MUNICÍPIOS COM AS MAIORES REDUÇÕES DA TAXA DE ANALFABETISMO EM RELAÇÃO AO CENSO 2000 DO IBGE

Município	População analfabeta com 15 anos ou mais (Censo 2000, IBGE)	Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais (Censo 2000, IBGE)	Estimativa de população analfabeta (SPA, 2009)	Taxa estimada 2010 (SPA)	% de redução da taxa de analfabetismo	redução do número de analfabetos
Paranapoema	348	20,9%	6	0,3%	5700%	342
Bom Jesus do Sul	505	17,8%	13	0,4%	3785%	492
Iguatu	316	19,4%	11	0,57%	2773%	305
Santa Monica	495	22,3%	22	0,8%	2150%	473
São Jorge do Oeste	810	12,2%	43	0,8%	1784%	767
Fernandes Pinheiro	551	13%	39	0,9%	1313%	512
Nova Santa Barbara	507	20,3%	37	1,2%	1270%	470
Florida	234	12,8%	21	1%	1014%	213
Japira	602	17,2%	63	1,7%	856%	539
Douradina	820	18%	92	1,7%	791%	728
Brasilândia do Sul	638	23,1%	81	3,1%	688%	557
Iretama	1753	22,1%	224	2,5%	683%	1529
Nova Aliança do Ivaí	124	13,61%	16	1,4%	675%	108
Pinhal de São Bento	350	20,44%	46	2,3%	661%	304
Arapuã	612	21%	84	2,6%	629%	528
Godoy Moreira	805	28,9%	115	3,9%	600%	690
Santa Cecília do Pavão	657	23%	96	3,3%	584%	561
Porto Rico	230	12,9%	35	1,8%	557%	195
Rancho Alegre	467	15,2%	73	2,2%	540%	394
Pitangueiras	260	15%	41	1,8%	534%	219
Pérola do Oeste	596	11,3%	96	1,7%	521%	500
Boa Esperança do Iguaçu	305	14,1%	52	2,4%	487%	253
Sulina	309	11%	53	1,9%	483%	256
Leópolis	523	19,4%	92	2,8%	468%	431
Bela Vista da Caroba	432	14%	78	2,4%	454%	354
Porto Barreiro	363	12,9%	69	2,4%	426%	294
Rio Branco do Ivaí	610	25,4%	125	4,3%	388%	485
Santa Amélia	564	18,2%	120	3,9%	370%	444
Marumbi	523	15,8%	118	3,6%	343%	405
Pranchita	512	11,4%	117	2,5%	338%	395
São Manoel do Paraná	207	13,7%	50	2,9%	314%	157
Mato Rico	682	22,7%	171	5,4%	299%	511
Coronel Domingos Soares	609	14,1%	157	2,9%	288%	452
Itaipulândia	461	9,63%	123	1,8%	275%	338
Inacio Martins	935	13,3%	255	3,2%	267%	680
Saudade do Iguaçu	420	13,6%	116	3,1%	262%	304
Ampere	1149	10,63%	324	2,4%	255%	825
Conselheiro Mairink	476	19,7%	141	5,1%	238%	335
Diamante do Sul	555	23,9%	165	6,3%	236%	390
Salto de Itararé	865	21,4%	258	6,3%	235%	607
Paulo Frontin	303	6,4%	98	1,7%	209%	205

**TABELA 4 - MUNICÍPIOS COM AS MAIORES REDUÇÕES DA TAXA DE ANALFABETISMO EM
RELAÇÃO AO CENSO 2000 DO IBGE**

Município	População analfabeta com 15 anos ou mais (Censo 2000, IBGE)	Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais (Censo 2000, IBGE)	Estimativa de população analfabeta (SPA, 2009)	Taxa estimada 2010 (SPA)	% de redução da taxa de analfabetismo	redução do número de analfabetos
Santa Lucia	502	16,7%	165	5,5%	204%	337
Salgado Filho	475	13,4%	159	4,6%	199%	316
Matelândia	1075	10,5%	362	2,9%	197%	713
Boa Ventura de São Roque	713	16,3%	243	4,9%	193%	470
Alto Paraíso	509	19,5%	179	7,4%	184%	330
Amaporã	591	18,6%	210	5,1%	181%	381
Serranópolis do Iguaçu	217	6%	79	2,2%	175%	138
Mauá da Serra	841	19,6%	309	5,1%	172%	532
Virmond	253	9%	93	2,9%	172%	160
Arapoti	1758	10,9%	649	3,3%	171%	1109
Nova Esperança do Sudoeste	507	14%	188	4,7%	170%	319
Miraselva	258	17,7%	96	6,2%	169%	162
Barracão	784	12,4%	296	4,2%	165%	488
Jardim Olinda	215	20,9%	83	7,6%	159%	132
Ribeirão Claro	1047	13%	410	4,6%	155%	637
Itambaracá	906	17,9%	367	6,6%	147%	539
Realeza	1264	11%	514	4%	146%	750
Goioxim	750	14,8%	305	5,5%	146%	445
Tupassi	737	12,3%	302	4,7%	144%	435
Cidade Gaúcha	1012	15%	422	5%	140%	590
Jundiá do Sul	523	20,1%	222	7,5%	136%	301
Lupionópolis	597	18,7%	255	7,1%	134%	342
Santa Tereza do Oeste	1009	13,7%	432	6,1%	134%	577
São João do Cajuá	882	20,3%	380	8,1%	132%	502
Icaraíma	1293	17,9%	559	7,7%	131%	734
Farol	598	21,7%	259	10,1%	131%	339
Andirá	2290	14,2%	997	5,7%	130%	1293
Fênix	668	19,1%	291	7,4%	130%	377
Missal	594	7,7%	260	3%	128%	334
Quinta do Sol	860	21,5%	378	9,7%	128%	482
Boa Vista da Aparecida	1064	18,2%	468	8%	127%	596
Flor da Serra do Sul	550	16,3%	243	7%	126%	307
Itapejara do Oeste	719	10,8%	318	3,5%	126%	401
Campina do Simão	400	13,9%	178	5,9%	125%	222
Nova Tebas	1542	24%	694	11%	122%	848
Ivaté	855	17,1%	392	6,1%	118%	463
Cruzeiro do Iguaçu	413	13,7%	192	6,1%	115%	221
Quatiguá	623	12,3%	291	5%	114%	332
Quarto Centenário	745	20%	348	9%	114%	397
Laranjal	1071	25%	506	12%	112%	565
Nossa Senhora das Graças	488	17,9%	231	7,4%	111%	257

TABELA 4 - MUNICÍPIOS COM AS MAIORES REDUÇÕES DA TAXA DE ANALFABETISMO EM RELAÇÃO AO CENSO 2000 DO IBGE

Município	População analfabeta com 15 anos ou mais (Censo 2000, IBGE)	Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais (Censo 2000, IBGE)	Estimativa de população analfabeta (SPA, 2009)	Taxa estimada 2010 (SPA)	% de redução da taxa de analfabetismo	redução do número de analfabetos
Santa Isabel do Ivaí	1023	15%	490	7%	109%	533
São Jorge do Patrocínio	891	18,3%	427	5,8%	109%	464
Adrianópolis	1206	25,9%	580	11,6%	108%	626
Alvorada do Sul	977	14,6%	470	6,6%	108%	507
Ramilândia	584	22,8%	287	8,8%	103%	297
Lobato	385	12,9%	190	5,5%	103%	195
Vera Cruz do Oeste	1134	16,5%	561	7,8%	102%	573
Rio Bom	549	21,2%	276	10,4%	99%	273
Bandeirantes	3125	12,9%	1583	6,2%	97%	1542
Cafelândia	626	8%	320	3%	96%	306
Teixeira Soares	510	9,3%	261	3,4%	95%	249
Tapejara	1409	15%	724	6,1%	95%	685
Turvo	1462	15,4%	754	7,3%	94%	708
Candói	1318	14,1%	680	5,9%	94%	638
Peabiru	1453	15,2%	756	7,4%	92%	697
Barra do Jacaré	306	15,1%	160	6,7%	91%	146
Santa Helena	1294	8,7%	677	3,6%	91%	617
Nova Olímpia	800	20,3%	419	9,6%	91%	381
Ourizona	420	16,4%	221	7,9%	90%	199
Piên	439	6,5%	231	2,6%	90%	208
Uniflor	324	19%	171	8,6%	89%	153
Santo Antônio do Sudoeste	1826	15%	967	6,8%	89%	859
Medianeira	1939	7,1%	1032	3,3%	88%	907
Imbaú	1489	23,2%	800	9,3%	86%	689
Santa Terezinha de Itaipu	1219	9,6%	658	4,2%	85%	561
Diamante do Oeste	696	20,5%	378	9,7%	84%	318
Nova Prata do Iguaçu	1109	15,1%	606	7,3%	83%	503
Joaquim Távora	1003	14,1%	550	6,48%	82%	453
Vitorino	559	12,4%	311	6,1%	80%	248
Palmas	2897	12,8%	1626	5,4%	78%	1271
Guaraci	639	17,8%	361	8,8%	77%	278
Pontal do Paraná	708	7,1%	402	2,9%	76%	306
Tunas do Paraná	648	28%	369	8,4%	76%	279
Marechal Cândido Rondon	1311	4,3%	747	2%	76%	564
Terra Rica	1604	15,9%	921	7,7%	74%	683
Quedas do Iguaçu	2516	13,8%	1506	6,5%	67%	1010
Carambeí	756	7,5%	460	3,6%	64%	296
Ventania	1106	20,6%	681	8,5%	62%	425
Congonhinhas	1260	22,9%	797	11,3%	58%	463
Pato Bragado	158	5,2%	101	2,5%	56%	57
Foz do Iguaçu	13007	7,4%	8703	3,6%	49%	4304

FONTE: SPA, 2010

6.2.2 Cidades território livre de analfabetismo

Desde 2007, o Ministério da Educação (MEC) reconhece como municípios livres de analfabetismo “aqueles que conseguem atingir uma taxa inferior a 4% de pessoas não alfabetizadas na população com 15 anos ou mais de idade” (KUBASKI, 2012). No Paraná, segundo o censo 2000 do IBGE, havia três cidades que conseguiram erradicar o analfabetismo: Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste e Curitiba, sendo que no Brasil este número era de 64 (KUBASKI, 2012).

Em 2010 a Secretaria de Estado da Educação do Paraná declarou no primeiro semestre 34 municípios como livres do analfabetismo (ver tabela 5). Na figura 5 consta o convite enviado a prefeito e convidados para a cerimonia de homenagem aos municípios considerados alfabetizadores pela SEED-PR. No segundo semestre de 2010, mais 10 municípios alcançaram taxas de analfabetismo inferiores a 4%, e também foram declarados como territórios livres do analfabetismo conforme tabela 6.

TABELA 5 - MUNICÍPIOS DECLARADOS TERRITÓRIO LIVRE DO ANALFABETISMO NO 1º SEMESTRE DE 2010	
Arapuã	Pato Bragado
Bela Vista da Caroba	Paulo Frontin
Bom Jesus do Sul	Pérola do Oeste
Cafelândia	Piên
Douradina	Pinhal de São Bento
Fernandes Pinheiro	Pitangueiras
Flórida	Pontal do Paraná
Iguatu	Porto Rico
Iretama	Pranchita
Itaipulândia	Rancho Alegre
Japira	Santa Cecília do Pavão
Leópolis	Santa Mônica
Marechal Cândido Rondon	São Jorge do Oeste
Maripá	São Manoel do Paraná
Nova Aliança do Ivaí	Serranópolis do Iguaçu
Nova Santa Rosa	Sulina
Paranapoema	

FONTE: SPA, 2010

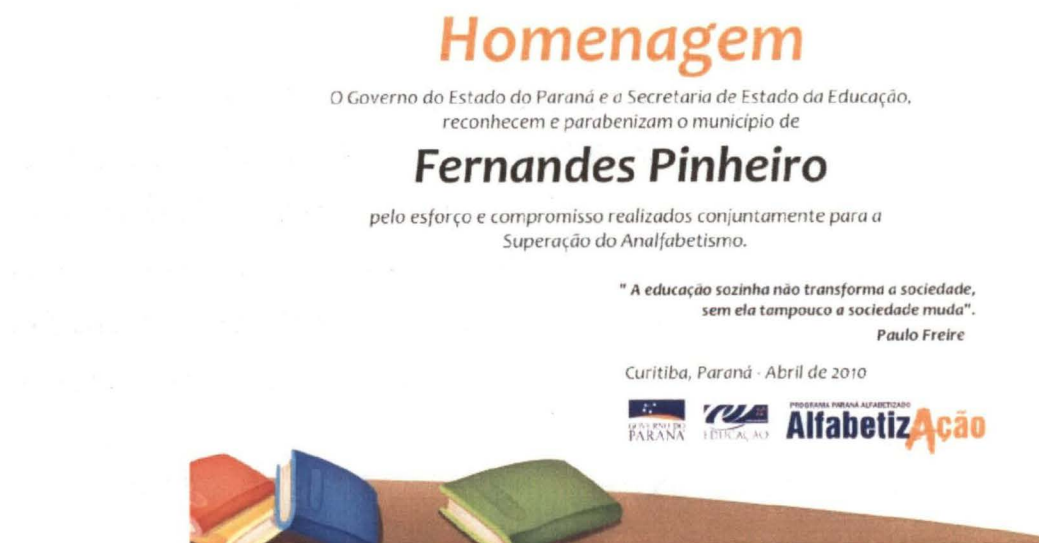
**TABELA 6 - MUNICÍPIOS DECLARADOS
TERRITÓRIO LIVRE DO ANALFABETISMO NO
2º SEMESTRE DE 2010**

Ampere
Boa Esperança do Iguaçu
Coronel Domingos Soares
Inácio Martins
Matelândia
Missal
Pato Barreiro
Pinhais
Saudade do Iguaçu
Virmond

FONTE: SPA, 2010

Para as cidades paranaenses declaradas como territórios livres do analfabetismo foi realizada uma cerimônia no Museu Oscar Niemeyer para que elas recebessem homenagens - figura 5 - com relação ao objetivo alcançado. Estiveram presentes o governador na ocasião Orlando Pessuti e a secretária de Estado da Educação Yvelize Freitas de Souza Arco-Verde. Na figura 6 segue o convite enviado aos participantes de Cerimônia.

**FIGURA 6 - PLACA DE HOMENAGEM AOS MUNICÍPIOS LIVRES DO
ANALFABETISMO**



FONTE: SEED – PR, 2010

FIGURA 7 - CONVITE PARA CERIMÔNIA DAS CIDADES DECLARADAS COM LIVRES DO ANALFABETISMO

Convite

A Secretária de Estado da Educação, Yvelise Freitas de Souza-Arco Verde, tem a honra de convidá-lo (a), para a homenagem aos 34 municípios declarados Territórios Livres de Analfabetismo, que se realizará no dia 20 de Abril de 2010, às 8h no Museu Oscar Niemeyer, com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, Orlando Pessuti.

"A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".

Paulo Freire

Auditório Poty Lazarotto
Rua Marechal Hermes, 999 - Centro Cívico
Informações: 41 3350 4400



PROGRAMA PARANÁ ALFABETIZADO
AlfabetizAção



FONTE: SEED – PR, 2010

Para a concessão do título de território livre do analfabetismo o Governo do Estado adotou padrões distintos dos adotados pelo Ministério da Educação, o que levou a não confirmação de 39 cidades, das 44 declaradas em 2010 pelo Governo do Paraná como livres do analfabetismo.

Com a divulgação dos dados do Censo 2010 do IBGE mais 15 municípios paranaenses foram declarados livres do analfabetismo – tabela 7 -, além das três que já possuíam o título desde 2000 (Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste e Curitiba).

**TABELA 7 - MUNICÍPIOS DECLARADOS
TERRITÓRIO LIVRE DO ANALFABETISMO
PELO MEC**

Bom Sucesso do Sul
Araucária
Mallet
Marechal Cândido Rondon
Maringá
Maripá
Nova Santa Rosa
Paranaguá
Pato Bragado
Paulo Frontin
Pinhais
Ponta Grossa
Rio Negro
São José dos Pinhais
São Mateus do Sul

FONTE: Censo IBGE, 2010

Das 15 cidades que apresentaram uma taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais inferior a 4% no Censo 2010 do IBGE, utilizando para isso os critérios estabelecidos pelo MEC, 10 delas nem estavam na lista de 44 divulgada pelo Governo Paranaense. São elas: Bom Sucesso do Sul, Araucária, Mallet, Maringá, Nova Santa Rosa, Paranaguá, Ponta Grossa, Rio Negro, São José dos Pinhais e São Mateus do Sul.

No entanto cinco municípios paranaenses confirmaram o título concedido pelo Governo estadual. São elas Marechal Cândido Rondon, Maripá, Pato Bragado, Paulo Frontin e Pinhais. A figura 7 apresenta um dos modelos de cartaz criados pelo Estado para as cidades consideradas livres do analfabetismo.

inclusão dos alfabetizados no mercado de trabalho de acordo com o novo paradigma tecnológico e nova estrutura organizacional nas empresas.

A análise do Programa Paraná Alfabetizado pode ser feita através dos resultados absolutos, das cidades que foram declaradas como território livre do analfabetismo, com uma análise das sete cidades paranaenses para as quais o Governo Federal determinou uma meta de alfabetização e por último, através da qualidade do processo de alfabetização. No que tange aos resultados das seis edições do Programa, eles foram substancialmente diferentes.

O percentual de alunos alfabetizados no Paraná Alfabetizado corresponde à soma daqueles que foram encaminhados ao Ensino de Jovens e Adultos fase I e aos que apesar de alfabetizados não atingiram o nível necessário de conhecimento para o EJA fase I em relação ao total de alunos cadastrados. O maior percentual de alunos alfabetizados foi na sexta edição, em 2009, com 52%. O pior resultado foi em 2005, quando apenas 37% dos egressos no Programa conseguiram terminar o período de oito meses de aulas sabendo ler e escrever. Nas demais edições a média de alfabetizados foi 42%. Para maiores detalhes, ver tabela 8.

TABELA 8 - ALUNOS ALFABETIZADOS NO PROGRAMA PARANÁ ALFABETIZADO							
Edição e ano	1ª edição (2004)	2ª edição (2005)	3ª edição (2006)	4ª edição (2007)	5ª edição (2008)	6ª edição (2009)	TOTAL
Alfabetizando cadastrados	22.676	48.881	63.322	91.147	66.858	75.163	368.047
Alfabetizado e encaminhado para EJA fase I	2.777	8.115	22.694	23.045	18.479	21.803	96.913
Alfabetizado e impossibilitado de frequentar o EJA fase I	8.402	10.050	4.140	10.393	9.762	17.382	60.129
Alunos alfabetizados	11.179	18.165	26.834	33.438	28.241	39.185	157.042
% alunos alfabetizados	49,3%	37,2%	42,4%	36,7%	42,2%	52,1%	42,7%

FONTE: SPA, 2010

Outra análise que pode ser feita é relacionando-se o número absoluto de pessoas que deixaram de ser analfabetas de 2000 para 2010 – segundo os Censos do IBGE -, o crescimento da população paranaense e o número pessoas alfabetizadas com o Programa Paraná Alfabetizado.

A tabela 9 mostra os números absolutos e percentuais da evolução do analfabetismo no Estado. Comparando-se os resultados pode-se verificar que assim como o percentual de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais diminuiu de 2000 para 2010, o número absoluto de pessoas não alfabetizadas também diminuiu em mais de 143 mil pessoas. Segundo dados do Sistema Paraná Alfabetizado o programa teria alfabetizado mais de 157 mil pessoas de 2004 a 2009. Levando-se em conta esses dois resultados infere-se que todas as pessoas que deixaram o analfabetismo foi em função do Paraná Alfabetizado. No entanto isto pode ser errôneo.

Outra análise a ser feita é que cerca de 14 mil pessoas que a avaliação do Programa considerou como alfabetizada, quando participou do Censo 2010 do IBGE declarou-se não alfabetizada. O que pode indicar uma falha do Programa na determinação de pessoas alfabetizadas ou não ao final do período de aulas.

TABELA 9 - COMPARAÇÃO POPULAÇÃO TOTAL VERSUS POPULAÇÃO ANALFABETA				
	Censo 2000	Censo 2010	Evolução Percentual	Evolução Absoluta
População Paraná	9.563.458	10.444.526	9,21%	881.068
Taxa Analfabetismo 15 anos ou mais	9,5%	6,29%	-33,79%	-3,21%
População Analfabeta	649.705	506.545	-22,03%	(143.160)

FONTE: IBGE

A eficácia do Programa Paraná Alfabetizado pode ser mensurada pelo número de cidades declaradas como território livre do analfabetismo. Em 2010 a Secretaria de Estado da Educação do Paraná declarou 44 cidades com uma taxa de analfabetismo inferior a 4% na população com 15 anos ou mais. No entanto, no censo 2010 do IBGE 39 delas não confirmaram o título e 10 cidades que não estavam na lista da SEED-PR atingiram menos de 4% de analfabetos. Apesar destas 39 não terem confirmado o título, a maior parte delas obteve uma redução no analfabetismo (ver tabela 10). Apenas as cidades de Flórida, Itaipulândia e Marechal Cândido Rondon tiveram um aumento significativo no número de analfabetos. O restante das 43 cidades ou tiveram o número de pessoas não alfabetizadas estável ou uma redução não considerável.

TABELA 10 - POPULAÇÃO ANALFABETA NAS CIDADES QUE NÃO CONFIRMARAM O TÍTULO DE TLA PELO MEC

Cidade	Censo 2000	Censo 2010
Arapuã	612	460
Bela Vista da Caroba	432	424
Bom Jesus do Sul	505	291
Cafelândia	626	497
Douradina	820	558
Fernandes Pinheiro	551	431
Flórida	23	182
Iguatu	316	208
Iretama	1753	1348
Itaipulândia	461	532
Japira	602	408
Leópolis	523	378
Marechal Cândido Rondon	1311	1434
Maripá	213	154
Nova Aliança do Ivaí	124	126
Nova Santa Rosa	257	188
Paranapoema	348	280
Pato Bragado	158	144
Paulo Frontin	303	198
Pérola do Oeste	596	514
Piên	439	352
Pinhal de São Bento	350	170
Pitangueiras	260	263
Pontal do Paraná	708	769
Porto Rico	230	245
Pranchita	512	422
Rancho Alegre	390	349
Santa Cecília do Pavão	657	503
Santa Mônica	495	344
São Jorge do Oeste	810	525
São Manoel do Paraná	207	225
Serranópolis do Iguaçu	217	150
Sulina	309	223
Ampere	1149	987
Boa Esperança do Iguaçu	305	174
Coronel Domingos Soares	609	517
Inácio Martins	935	828
Matelândia	1075	824
Missal	594	467
Porto Barreiro	363	280
Pinhais	4261	2988
Saudade do Iguaçu	420	306
Virmond	253	215

FONTE: IBGE

Sendo assim apesar de alguns equívocos do governo estadual na declaração de algumas cidades como território livre do analfabetismo, o programa foi eficaz pois reduziu em 33% o percentual de analfabetos, representado mais de 143 mil pessoas. Com o PPA a população paranaense não alfabetizada pode ingressar no universo da alfabetização e ter a oportunidade de aprender a ler e escrever, um direito de cidadania.

7.1 META DE ALFABETIZAÇÃO NO ESTADO

No Programa Paraná Alfabetizado, governo paranaense não fixa nenhuma meta de redução do analfabetismo específica para cada município ou para o Estado. A princípio pode-se considerar como meta de alfabetização a redução para 4% na taxa de analfabetismo, o que segundo critérios do MEC torna a cidade TLA. No entanto em 2010 o Governo Federal no Edital do Programa Brasil Alfabetizado selecionou algumas cidades brasileiras, dentre elas sete paranaenses, para que tivessem um objetivo no número de alunos alfabetizados pelo Programa.

A tabela 11 mostra essas sete cidades paranaenses, a meta de redução de analfabetos que o Governo Federal fixou e uma comparação da redução do número absoluto de analfabetos que houve do Censo 2000 para o 2010. A cidade de Borrazópolis foi a única do grupo a superar as metas de alfabetização de 2008, 2009 e 2010. A cidade alfabetizou 86 pessoas a mais que a exigência do Governo. As cidades de Assis Chateaubriand e Ortigueira ficaram pouco abaixo da meta, apenas 171 e 77, respectivamente. Anahy, Clevelândia e Fazenda Rio Grande ficaram consideravelmente abaixo do objetivo, deixaram de alfabetizar 148, 257 e 354 pessoas, respectivamente. Dentre o grupo selecionado o pior resultado foi da cidade de Prudentópolis, que tinha a meta de alfabetizar 530 pessoas e do Censo 2000 para o 2010 houve um aumento de 288 pessoas analfabetas.

TABELA 11 - META DE ALFABETIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ATÉ 2010

Município	Meta 2008	Meta 2009	Meta 2010	Censo 2000	Censo 2010	EVOLUÇÃO
Anahy	70	60	60	305	263	42
Assis Chateaubriand	450	395	350	3.163	2.139	1.024
Borrazópolis	130	112	0	1.078	750	328
Clevelândia	97	119	119	1.524	1.446	78
Fazenda Rio Grande	150	150	150	2.708	2.612	96
Ortigueira	500	500	500	4.563	3.140	1.423
Prudentópolis	180	190	160	2.611	2.899	- 288

FONTES: MEC e IBGE

Com a análise dos resultados da alfabetização nessas sete cidades em comparação com a meta fixada pelo Governo Federal pode-se inferir que o Programa Paraná Alfabetizado teve resultados bem distintos entre os municípios participantes. Borrazópolis, Assis Chateaubriand e Ortigueira obtiveram uma redução no analfabetismo que pode ser considerada boa. No entanto, não é possível afirmar até que ponto esse resultado favorável deve-se ao Programa, já que além das pessoas poderem ter sido alfabetizadas existe também outras possibilidades, como por exemplo, o óbito, considerando que a maior parte do analfabetismo está nas pessoas idosas.

7.2 QUALIDADE DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A qualidade do processo de alfabetização no Programa Paraná Alfabetizado pode ser analisada sob dois aspectos: a continuidade da educação na fase I do EJA e a quantidade de pessoas que terminaram o período do Programa sabendo ler e escrever um bilhete simples. Ainda, segundo o coordenador do Programa em 2007, Wagner Roberto do Amaral, existem três desafios: convencer as pessoas a ingressar no Programa, estimular e mantê-los na escola e garantir a continuidade no ensino regular.

Segundo Carmen Sigwalt a falta de continuidade é uma das principais falhas que leva aos grandes índices de analfabetos no país. Não basta alfabetizar uma pessoa, é necessário que ela perceba que pode utilizar a alfabetização para o convívio em sociedade e para o seu desenvolvimento. "É preciso que haja

continuidade, que se crie indivíduos que saibam se expressar na língua portuguesa, que façam uso efetivo da língua que façam uso social do ler e do escrever (SIGWALT, 2007).

De acordo com o Programa Paraná Alfabetizado a continuidade da educação se dá através da entrada dos alunos alfabetizados na fase I do EJA. Da primeira até a oitava edição a média de pessoas encaminhadas ao EJA foi de 25%, sendo que o melhor resultado ocorreu no ano de 2006, quando 36% dos alunos alfabetizados ingressaram no EJA (ver tabela 11).

TABELA 12 - ALFABETIZANDOS ENCAMINHADOS AO EJA FASE I									
Edição e ano	1ª edição (2004)	2ª edição (2005)	3ª edição (2006)	4ª edição (2007)	5ª edição (2008)	6ª edição (2009)	7ª edição (2010)	8ª edição (2011)	TOTAL
Alfabetizados cadastrados	22.676	48.881	63.322	91.147	66.858	75.163	60.629	35.622	464.298
Alfabetizado e encaminhado para EJA fase I	2.777	8.115	22.694	23.045	18.479	21.803	18.192	974	116.079
% encaminhado ao EJA I	12%	17%	36%	25%	28%	29%	30%	3%	25%

FONTE: SEED - PR

Tendo em vista a necessidade de manter a qualidade da alfabetização a fim de que seja viabilizada a continuidade da educação na fase I do EJA o governo criou formas de avaliar os alfabetizandos e os alfabetizadores.

7.2.1 Critérios de avaliação do alfabetizando

A avaliação dos alfabetizandos é diagnóstica e processual, sendo realizada via testes cognitivos de leitura/escrita e matemática utilizando, obrigatoriamente, a matriz de referência e os testes oferecidos pela SECADI/MEC, disponíveis no Sistema Paraná Alfabetizado - SPA. Para aferir o desempenho dos jovens, adultos e idosos são realizados testes em três momentos: teste de entrada, de saída e mensalmente (SEED-PR, 2012).

O teste de entrada deve ser aplicado até o décimo quinto dia após o início das aulas e o teste de saída nos últimos dez dias de aulas (SEED-PR, 2012).

A avaliação mensal e durante o processo de aprendizagem, consiste na produção de um texto de cada alfabetizando. Além dos textos dos alfabetizando, a avaliação deverá conter um parecer do alfabetizador acerca do desenvolvimento do educando. A avaliação do educando deverá contemplar aspectos da oralidade, leitura, escrita da língua portuguesa. Também deve considerar seu envolvimento no espaço da alfabetização, o uso social da escrita e sua participação em outros espaços sociais, culturais e políticos (SPA, 2010).

7.2.2 Controle da qualidade da alfabetização pelo Governo

O controle da qualidade do processo de alfabetização é realizado de diversas formas pelo governo do Estado. Primeiramente cada alfabetizando deverá ser cadastrado nas Coordenações de Educação de Jovens e Adultos nos Núcleos Regionais de Educação. A frequência das aulas dos alfabetizando deve ser registrada utilizando, obrigatoriamente, a “Ficha de frequência mensal de alfabetizando”.

Todas as avaliações devem ser arquivadas em portfólios e preservada, por exigência do MEC, para registro e acompanhamento da trajetória de cada alfabetizando.

Sendo assim, com um controle rígido por parte do governo das turmas pertencentes ao Programa Paraná Alfabetizado, o empenho dos alfabetizadores em promover o ingresso de jovens, adultos e idosos no universo da alfabetização e o entendimento por parte dos alfabetizando da importância da educação é possível reduzir os índices de analfabetismo no Estado.

CONCLUSÃO

O modelo de processo para análise de política pública foi utilizado neste trabalho como referencial para a compreensão das etapas pela qual a implantação de uma política pública passa antes do estágio da avaliação. Já o modelo da discrepância de Provus foi utilizado para a visualização das fases em que consiste a avaliação de programas e dos seus resultados para a sociedade.

No que tange ao novo paradigma produtivo, a mudança tecnológica que passa a ser incremental e não mais através de saltos tecnológicos, na empresa moderna, exige do novo profissional que ele seja dinâmico e tenha um conhecimento amplo da organização. Já a mudança organizacional que leva a um achatamento das pirâmides hierárquicas torna a empresa moderna uma organização em que todos estão comprometidos com os objetivos do grupo. Todas essas alterações incorrem na necessidade de uma nova forma no modo como o conhecimento é transmitido à crianças em fase escolar e adultos em idade de pós graduação, onde o trabalho não deve mais ser focado no individual e sim no grupo e em que a relação professor - aluno não deve mais ser de autoridade e sim de liderança.

O Paraná Alfabetizado segue alguns critérios rígidos, quanto à seleção dos professores alfabetizadores e coordenadores, locais de instalação das turmas e acompanhamento da evolução dos alunos. Os professores e coordenadores locais de alfabetização são seccionados através de edital e devem cumprir uma carga horária de formação inicial e continuada. As turmas podem ser localizadas em escolas da rede estadual de ensino, e em locais de difícil acesso, em um lugar que forneça condições para aprendizagem. O acompanhamento da evolução dos alunos é feito através de avaliações escritas e da presença em sala. Todos os resultados devem ser devidamente registrados no Sistema Paraná Alfabetizado.

Os resultados do Programa vêm variando ao longo das nove edições. Na primeira edição houve a participação de 225 municípios. O auge de participações foi em 2007, quando todas as cidades do Paraná possuíam turmas pertencentes ao Programa. O percentual médio de alunos que chegam ao final dos oito meses do período de alfabetização sabendo ler e escrever é de 42%, um percentual baixo, devido principalmente ao elevado índice de evasão e desistência. Isso ressalta as principais dificuldades do Programa: convencer as pessoas a ingressar no

Programa, estimular e mantê-los na escola e garantir a continuidade no ensino regular.

O Paraná Alfabetizado, além de um Programa voltado para a alfabetização pode ser considerado como um universalizador do direito a cidadania. Pois promove a integração social de pessoas antes excluídas.

No entanto ao analisar-se o novo paradigma tecnológico, onde a mudança na empresa moderna exige também uma alteração na educação, nota-se que o Programa Paraná Alfabetizado é insuficiente. Na nova empresa ser alfabetizado pode não ser suficiente. São exigidas outras qualidades desse novo profissional, como desenvolvimento do sentido de responsabilidade, compromisso pessoal com sistemas de auto – avaliação, realização de trabalhos em grupo, com aprendizagem de interação, cooperação, adaptação e alcance de metas coletivas. Além da necessidade de aprendizagem e treinamento constantes, empresa moderna requer um profissional polivalente com uma visão do conjunto. Sendo assim o método de ensino do Programa Paraná Alfabetizado focado no trabalho individual que não exige do aluno uma auto - avaliação pode ser ineficaz para as necessidades da nova empresa.

REFERÊNCIAS

ANDRICH, M. *Paraná lidera analfabetismo no Sul*. Paraná Online, 2007. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/mundo/news/238548/?noticia=PARANA+LIDERA+ANALFABETISMO+NO+SUL> Acesso em 15.06.2012.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M. *Analfabetismo no Brasil*. Instituto de estudos do trabalho e da sociedade. Disponível em: http://www.iets.org.br/biblioteca/Analfabetismo_no_Brasil.pdf Acesso em 15.06.2012.

CASTRO, J. A. de. O ciclo de políticas públicas. In: SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, 6., 2009, Brasília. *Semana de administração orçamentária, financeira e de contratações públicas*. Brasília: 2009. Disponível em <<http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2010-04-26.0025369999/Semana%20orcamentaria%20federal%20-%20apresentacao%20-%20ciclo%20das%20politicass%20publicas%20-%20ESAF%20-%2020-02-2009.pdf/view>>. Acesso em 03/11/2010.

DYE, R. T. *Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas*. Brasília: Unb, 2006.

EDITAL DE SELEÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR 13/2012: Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=100> Acesso em 04.06.2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. Acesso em: 25.03.2012.

KUBASKI, D. *Jornal Gazeta do Povo*. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1234964> Acesso em 15.06.2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12280&option=com_content&view=article. Acesso em 13.06.2012

NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO APUCARANA. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/apucarana/> . Acesso em 14.06.2012.

NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE DOIS VIZINHOS. Artigo de 2008.

Disponível em:

<http://www.nre.seed.pr.gov.br/doisvizinhos/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>. Acesso em 10.06.2012.

PACIEVITCH, T. Infoescola. Disponível em:

<http://www.infoescola.com/educacao/analfabetismo/>. Publicado em 09.10.2008.

Acesso em 02.10.2012.

PÉREZ, C. *La reforma educativa ante el nuevo paradigma*. Caracas:

UCAB/EUREKA, 2000.

PORTAL EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ. *Programa Paraná*

alfabetizado. Disponível em: <<http://www.paranaalfabetizado.pr.gov.br/>>. Acesso em 27/10/2010.

PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12280&option=com_content&view=article. Acesso em 18.10.2012.

PROVUS, M. M. *Educational evaluation: theory and practice*. Belmont, CA:

Wadsworth, 1973.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/brasilalfabetizado/pba_passoapasso.pdf.

Acesso em 13.06.2012.

SIGWALT, C Jornal Paraná Online, 2007. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/mundo/news/238548/?noticia=PARANA+LIDERA+ANALFABETISMO+NO+SUL>.

Acesso em 08/10/2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em:

<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/parana/pdf/> . Acesso em 17.06.2012.

UNESCO. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/>. Acesso em 02.10.2012.

UNESCO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>.

Acesso em 02.10.2012.

WIKIPEDIA. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil_Alfabetizado Acesso em 13.06.2012

WORTHEN, B.R.; SANDERS, J.R.; FITZPATRICK, J. L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Editora Gente, 2004.

ANEXOS

ANEXO I

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED



EDITAL N.º 13 /2012 - DG/SEED

ANEXO V

Termo de Compromisso de participação nas Formações Continuadas

_____ RG _____

(Nome completo)

Concordo que o credenciamento e a seleção para Alfabetizador Voluntário, objeto do presente Edital exige, como obrigação, a participação nos Cursos de Formação Inicial e Continuada (I e II), ofertados pela SEED/NRE, totalizando 64 horas de formação, além de Formações Descentralizadas de Formação Continuada, ofertadas pelo NRE durante o ano de 2012/2013, sob pena de ser excluído, a qualquer momento, da função à qual estou me vinculando e que a falta a eventos de formação em que for inscrito vetará minha inscrição em futuros processos de seleção para Alfabetizador e/ou Coordenador de Turma do Programa Brasil Alfabetizado/Paraná Alfabetizado.

_____, ____ de _____ de 2012.

(Local e data)

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO II

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED



EDITAL N.º 13/2012- DG/SEED

ANEXO VI

Termo de Compromisso de participação nas Reuniões Pedagógicas

_____RG _____

(Nome completo)

Concordo que o credenciamento e a seleção para Alfabetizador Voluntário, objeto do presente Edital exige, como obrigação, a participação em Reuniões Pedagógicas de Alfabetização, a serem realizadas semanalmente (duas horas semanais) ou quinzenalmente (quatro horas quinzenais), no período letivo de alfabetização, com o Coordenador Turmas de Alfabetização. O não cumprimento deste compromisso importa na exclusão, a qualquer momento, da função à qual estou me vinculando.

_____, ____ de _____ de 2012.

(Local e data)

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO III

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED



EDITAL N.º 13/2012- DG/SEED

ANEXO VII

Declaração de Residência em Local de Dificil Acesso

Eu _____ RG _____
(Nome completo)

declaro residir em _____
no município de _____
sendo este, um local de difícil acesso, conforme considerado no presente edital de credenciamento e seleção (item 1.4). Afirmo que, após seleção, desenvolverei as atividades de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, de que trata o Termo de Compromisso por mim assinado, no local acima especificado.

_____, ____ de _____ de 2012.
(Local e data)

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO IV

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED



EDITAL N.º 13/2012- DG/SEED

ANEXO VIII

Apresentação de Candidato

Declaramos que o(a) _____

RG N.º _____, candidato(a) a Alfabetizador(a)
Voluntário no Programa Brasil Alfabetizado/Paraná Alfabetizado, para atuar junto às
turmas de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos na comunidade
_____, é:

☐ Indígena ☐ Quilombola ☐ Acampado ☐ Assentado

Na Comunidade _____ que se
localiza no município de _____

_____, ____ de _____ de 2012.

(Local e data)

Assinatura da liderança